

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG *

Rafael Júnior dos Santos Figueiredo Salgado**

Marcelo Miná Dias***

RESUMO

O estudo objetivou analisar dados relativos à qualidade de vida de agricultores familiares da comunidade Córrego São Francisco (conhecida como “Juquinha de Paula”), município de Viçosa/MG, que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no ano de 2010/2011. O PAA é um programa componente de um conjunto de políticas públicas relacionadas ao combate à fome e à pobreza. Seu objetivo é possibilitar melhorias nos indicadores socioeconômicos das famílias de agricultores, auxiliando assim na melhoria da qualidade de vida deles. O principal instrumento é a viabilização da compra da produção pelo Estado, criando um mercado institucional. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com os agricultores familiares participantes do programa, os gestores públicos responsáveis pela operacionalização deste e os representantes das entidades beneficiadas. A análise dos resultados indica que o programa, na percepção dos atores participantes da pesquisa, teve influência positiva sobre alguns indicadores de qualidade de vida dos agricultores familiares. A elevação de renda (possibilitando a aquisição de bens duráveis e melhorias nas moradias), o estímulo à produção de alimentos livres de agrotóxicos e a diversificação da

65

* - O trabalho contou com bolsa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

** - Graduado em Gestão do Agronegócio, Universidade Federal de Viçosa.

*** - Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa, Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pelo CPDA/UFRRJ.

produção obtiveram destaque quanto à identificação das melhorias ocorridas e suas relações com a qualidade de vida.

Palavras-chave: *Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Qualidade de vida.*

ANÁLISIS DE LA INFLUENCIA DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (PAA) SOBRE LA CALIDAD DE VIDA DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES DEL MUNICIPIO DE VIÇOSA/MG

RESUMEN

El objetivo del estudio fue analizar los datos sobre la calidad de vida de los agricultores familiares de la comunidad de “Córrego São Francisco” (conocida como “Juquinha de Paula”), Viçosa / MG, que participó en el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) entre 2010 / 2011. El PAA es un programa componente de un conjunto de políticas públicas relacionadas con el combate al hambre y la pobreza. Su objetivo es permitir mejoras en los indicadores socioeconómicos de las familias campesinas, contribuyendo así a mejorar la calidad de vida de ellos. El instrumento principal es la viabilidad de la compra de la producción por parte del Estado, creando un mercado institucional. Los datos de la investigación se obtuvieron a través de entrevistas con los agricultores que participan en el programa, los directivos responsables de la operación de este público y los representantes de las entidades beneficiarias. El análisis de los resultados indica que el programa, en la percepción de los que participaron en la encuesta tuvo una influencia positiva en algunos indicadores de la calidad de vida de los agricultores familiares. El aumento de los ingresos (que permite la compra de bienes duraderos y mejoras de vivienda), estimulando la producción de alimentos libres de agrotóxicos y la diversificación de la producción

Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG

logrando así la identificación de las mejoras ocurridas y su relación con la calidad de vida.

Palabras claves: *Agricultura familiar. Desarrollo rural. Políticas públicas. Calidad de vida.*

ANALYSIS OF INFLUENCE OF FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) ON THE QUALITY OF LIFE OF FAMILY FARMERS IN VIÇOSA, MINAS GERAIS

ABSTRACT

The study aimed to analyze data on the quality of life of a family farmers community Córrego São Francisco (known as “Juquinha de Paula”), Viçosa/MG, who participated in the Food Acquisition Program (PAA) in the year 2010/2011. The PAA program is one component of a set of public policies related to hunger and poverty. Its goal is to enable improvements in socioeconomic indicators of farm families, thus helping them to improve the quality of life. The main instrument is the viability of the purchase of production by the state, creating an institutional market. The research data were collected through interviews with farmers participating in the program, public managers responsible for the operation and even representatives of the beneficiaries. The analysis indicates that the program, in the perception of the actors participating in the research, had a positive influence on some indicators of quality of life of family farmers. The increased income (allowing purchase of durable goods and improvements in housing), the incentive to produce food free from pesticides and diversifying production achieved prominence as the identification of the improvements occurred and its relationship to quality of life.

Keywords: *Family farming. Rural development. Life quality. Public policy.*

67

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo decreto nº 4772, de 07/05/2008, e objetiva incentivar a produção, a segurança alimentar e a sustentação de preços, adquirindo alimentos de agricultores familiares organizados em cooperativas ou associações. A compra é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a um preço de referência, utilizando a tomada de valor médio no mercado regional. O PAA conta ainda, em sua implementação, com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (COMSEA) como mecanismo de controle social do programa, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução (BRASIL, 2010).

68

O programa surgiu como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Diagnostica que as causas das situações de pobreza rural são relacionadas a dificuldades da pequena escala de produção, principalmente relativos à distribuição e à comercialização dos produtos. Partindo deste diagnóstico geral, o programa foi desenhado para oferecer alternativas de venda da produção, criando uma opção para geração e incremento de renda dos agricultores familiares (YAZBEK, 2004). No PAA esta alternativa foi a criação de mecanismos de comercialização regulados em um mercado institucional. A aquisição de produtos da agricultura familiar pelo governo torna-se também, por meio do programa, um procedimento para a formação de estoques e à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar (FUSCALDI, 2010; GRISA, 2009; CERQUEIRA, ROCHA e COELHO, 2006; GHIZELINI, 2006).

O arranjo institucional do PAA é composto por um conjunto de atores (agricultores familiares, entidades socioassistenciais, gestor local e

gestor estadual) que o operacionaliza localmente. A dinâmica do programa inicia-se com o levantamento da demanda de alimentos por parte das entidades socioassistenciais. De posse destas informações, os gestores locais prospectam junto aos agricultores familiares a possibilidade de atendimento desta necessidade. Ciente dos itens demandados e da capacidade de resposta dos agricultores familiares, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar do município aprova a proposta, que é então encaminhada ao gestor estadual (Conab). Os projetos, uma vez aprovados, são executados. Esta execução significa a compra, pelo governo, das quantidades demandadas.

No município de Viçosa/MG, foram definidas, para o projeto de 2010 e executado em 2011, cinco entidades denominadas "beneficiários consumidores". Embora, de acordo com informações da Emater/MG, tenha sido possível, naquele ano, o benefício de outras entidades que não haviam sido listadas no projeto original. Por este motivo foram beneficiadas, ao todo, 12 entidades. O público destas entidades é constituído por crianças, adultos, idosos, dependentes químicos ou famílias em situação de alguma carência. O total de beneficiários nas entidades participantes do programa alcança 1578 pessoas (Tabela 1), dado revelador da relevância social do mesmo.

Tabela 1 - Relação das entidades beneficiárias do PAA em Viçosa em 2010 com respectivo número de pessoas atendidas

ENTIDADES BENEFICIADAS	PESSOAS ATENDIDAS
Centro Educação Infantil Pingo de Luz	36
Associação Beneficente Santa Clara - ABESC	83
Conselho Central de Viçosa da Sociedade São Vicente de Paulo	1000
Rebusca Ação Social Evangélica Viçosense	325
Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa	134
TOTAL	1578

Fonte: Emater/MG, Escritório Local de Viçosa, 2010. Dados da pesquisa de campo.

70

Em todo o Brasil, diversos estudos analisaram o programa, identificando que suas principais virtudes estariam relacionadas à distribuição de renda; valorização da produção agrícola diversificada; suporte à segurança alimentar das famílias; provimento do acesso a um mercado cujas regras eliminam parcialmente as restrições aos produtos da agricultura familiar; estímulo ao associativismo entre agricultores familiares; criação de ambientes de interação entre estes agricultores, suas organizações e entidades de assistência técnica e extensão rural; aumento e qualificação da capacidade produtiva, dentre outros elementos. O conjunto destes fatores, quando presentes em situações de implementação do programa, contribuiria para incrementar a renda dos agricultores familiares, tendo impactos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida destes (CERQUEIRA; ROCHA; COELHO, 2006; DEVES; RAMBO; FILLIPI, 2010; SILVESTRE, CALIXTO; RIBEIRO, 2005).

Por outro lado, vários estudos também evidenciam as limitações do programa, destacando as dificuldades enfrentadas pelos agricultores que o acessam e dos gestores públicos que o implementam. De acordo com Cerqueira, Rocha e Coelho (2006), a necessidade de pertencimento formal a uma associação; a documentação exigida e a burocratização do acesso; a exigência por padronização e qualidade dos produtos; a falta de sincronismo entre o calendário do programa e a produção da região; a sazonalidade da produção; e, por fim, a falta de apoio técnico para realizar as atividades propostas figuram entre os principais problemas evidenciados pelas pesquisas. Essas questões representam os principais gargalos que dificultam, nos municípios, a implementação e a operacionalização do programa (GHIZELINI, 2006).

A identificação destas virtudes e limites do PAA nos remete à compreensão de variáveis que passam a compor uma nova geração de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, para as quais o enfoque setorial (ou agrícola), anteriormente dominante, mostrou-se insuficiente para enfrentar e/ou solucionar o problema da pobreza rural (GRISA, 2010). De acordo com Freitas et al. (2012), nesta nova perspectiva, o desenvolvimento rural passa a ser como uma questão multidimensional. As ações públicas passam a lidar com uma diversidade de temas que, embora ainda focados na dimensão produtiva, não podem mais deixar de considerar a dimensão socioambiental da promoção do que o Estado conceitua como desenvolvimento. Deste modo, o PAA tem, em sua base de formulação, a noção de segurança alimentar, fortemente influenciada por uma orientação à diversificação produtiva. Ademais, busca-se, por meio do programa, criar novas institucionalidades às relações de troca entre os agricultores familiares e as demandas por alimento nos municípios. Elabora-se, portanto, a proposição de estabelecimento de um mercado institucionalizado a partir da compreensão dos limites de inserção da agricultura familiar nos “mercados convencionais”.

Neste sentido, o desenvolvimento rural é compreendido como um meio que envolve o crescimento da produção, de renda, mas não apenas, implicando a necessidade de ação estatal para instituir novas regras aos mercados, buscando gerar impactos na melhoria das condições de vida e trabalho das populações rurais que produzem em pequena escala, englobando também a formação e desenvolvimento da infraestrutura econômica e social (DEVES, RAMBO; FILLIPI, 2010; GAMA, 2008).

72

Desde a criação do PAA, foram muitos os estudos que buscaram analisar as inovações e identificar avanços e limites nos processos locais de implementação do programa. No entanto, poucos desses estudos discorreram acerca da influência do programa sobre a qualidade de vida dos que aderiram ao mesmo. Na verdade, pouquíssimos são os trabalhos que discorrem sobre a qualidade de vida no meio rural (ASMUS, 2004). Esta autora afirma que a maioria das pesquisas sobre qualidade de vida retratou as sociedades urbanas, raramente as sociedades rurais. A autora também afirma que as pesquisas atuais tendem a analisar a qualidade de vida de fora para dentro, ou seja, de forma objetiva e etnocêntrica, pouco se importando com o que pensam os indivíduos culturalmente enraizados e localmente envolvidos pelas ações das políticas públicas, principalmente no meio rural.

Considera-se que a principal contribuição do presente estudo reside no fato de que são escassos os trabalhos que analisam a qualidade de vida dos agricultores familiares nos municípios brasileiros, relacionando-a, ainda que preliminarmente, à influência do acesso e da participação das famílias no PAA. Entende-se que esta relação é desejada, visto que o programa, ao focar a redução da pobreza e a segurança alimentar por meio da inserção dos agricultores familiares aos mercados, objetiva ter impactos sobre sua qualidade de vida (GRISA, 2009).

Sabemos que é na complexidade dos contextos locais que as concepções expressas nas políticas públicas, resultado dos processos de elaboração e de formulação, revelam a adequação ou não das alternativas propostas e executadas à solução do problema social que a política pública visa solucionar (HOWLETT et al., 2009). Partindo deste pressuposto, investigamos a implementação do PAA em uma comunidade rural do município de Viçosa/MG, buscando compreender, com base em um estudo exploratório, as relações estabelecidas entre o programa e a percepção dos agricultores que dele participam a respeito de mudanças em sua qualidade de vida. Este estudo vincula-se, portanto, à tentativa de produzir conhecimentos sobre como as políticas públicas podem influenciar, localmente, no desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar, podendo ser este relacionado a variáveis como capital humano, recursos naturais e capital social (FUSCALDI, 2010; BUAINAIN; SABATTO; GUANZIROLI, 2004).

1.1 Metodologia

73

A população investigada foi constituída pelas famílias participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Viçosa/MG, em 2010/2011. Estas famílias residem na comunidade Córrego São Francisco (conhecida como Juquinha de Paula). Neste ano, um total de nove famílias compôs a Proposta de Participação - Doação Simultânea (Conab), que é o instrumento público que formaliza a adesão ao PAA. Das nove famílias signatárias da proposta inicial, apenas cinco participaram de fato da execução das vendas. Quatro desistiram por motivos variados.

Como o número de famílias participantes do PAA era pequeno, foi possível entrevistar todos os chefes das famílias beneficiadas pelo programa. Optou-se pelo método de amostra não probabilística, pois, segundo Gil (2002), quando a mostra for selecionada de forma precisa, é possível conseguir resultados fidedignos sobre a

avaliação da população ou do universo da pesquisa, podendo assim representar significativamente a população estudada. Optou-se por eleger os chefes de cada família pesquisada para aplicar entrevistas e questionários, porque eles representam a família em geral; e também por serem os responsáveis pelo projeto puderam apresentar experiências práticas com o problema pesquisado.

Para a caracterização do processo de implementação do programa em Viçosa/MG, também foram realizadas entrevistas com representantes dos órgãos beneficiados e gestores locais: técnica da Emater/MG local, representante da Prefeitura Municipal de Viçosa, Presidente do COMSEA e representantes das entidades beneficiadas. Neste caso foi utilizada amostra intencional, preconizada por Moresi (2003), que recomenda que deverão ser escolhidos casos para a amostra que representem o “bom julgamento” da população/universo.

74

Diante deste contexto, optou-se por trabalhar com o procedimento de coleta de dados, pois este método demonstrou ser mais adequado ao objetivo da pesquisa: analisar percepções sobre melhorias na qualidade de vida dos agricultores beneficiários ao longo da implementação do PAA no município de Viçosa/MG. Além de ser o tipo de procedimento que mais apareceu nas pesquisas bibliográficas sobre o tema.

Utilizaram-se técnicas de coleta de dados por meio de aplicação direta de entrevistas e questionários. Esses foram aplicados preferencialmente nos estabelecimentos dos chefes das famílias atendidas pelo PAA no município de Viçosa/MG. O momento da visita e interação com os participantes da pesquisa também foi utilizado para fazer uma análise visual da estrutura disponível aos agricultores familiares, podendo-se, assim, perceber características da propriedade e do produtor. Esses dados foram registrados em um caderno de campo.

Para verificar se o Programa de Aquisição de Alimentos impactou na qualidade de vida dos agricultores beneficiados, foram analisadas as circunstâncias que envolvem suas relações com o programa, mensurando dimensões que podem projetar seu bem-estar. Considerando o contexto cultural brasileiro, tomaram-se por base os itens e parâmetros que foram estabelecidos pelos órgãos que aferem e avaliam as “condições de vida das populações”, IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro (FJP), Banco Mundial/PNUD, dentre outros.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A qualidade de vida dos agricultores beneficiados pelo PAA na comunidade de São Francisco foi avaliada tomando como base uma amostra de cinco famílias de agricultores familiares. Foram levantadas as informações previstas em um roteiro de questões elaborado para a pesquisa. Também foram realizadas entrevistas com representantes dos órgãos beneficiados e gestores locais: uma profissional da Emater/MG; um representante da Prefeitura Municipal de Viçosa; o presidente do COMSEA; e representantes das entidades beneficiadas. Todos os entrevistados estiveram envolvidos, em algum momento, com a implementação do PAA.

Importante ressaltar que atividade produtiva dos agricultores familiares que aderiram ao PAA nesta localidade não é restrita ao estabelecimento agropecuário e tampouco à agricultura. Dois chefes de família entrevistados se declararam pluriativos, ou seja, têm atividades e rendimentos exercendo atividades não agrícolas, embora domiciliados na zona rural. Nas famílias dos agricultores entrevistados muitos são pluriativos e obtêm renda destas atividades.

Na aplicação dos questionários, após as perguntas de identificação, os agricultores entrevistados foram questionados se já haviam “ouvido falar” sobre **qualidade de vida**. Três deles declararam ter conhecimento da expressão; dois afirmaram que sabiam “mais ou

menos” a que se referia o termo; e um deles declarou ser o conceito “qualidade de vida” algo novo, era a primeira vez que o ouvia. A seguir perguntou-se qual era, para eles, o significado de “qualidade de vida”.

Ao propor esta questão, a intenção era que os próprios entrevistados, ao se manifestarem, expressassem os elementos que, em sua percepção, compõem o conceito. Ao definir cientificamente qualidade de vida nos defrontamos com enormes desafios, afinal o termo requer, por um lado, uma abordagem multidisciplinar, e, por outro, a consideração das percepções e subjetividades daqueles que vivenciam, em seu cotidiano, possibilidades e limites para a realização de suas expectativas quanto à própria vida (Barbosa, 1998). Estamos diante de um conceito complexo, polissêmico e “em construção”, como afirmam Almeida et al. (2012):

76

O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em qualidade de vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar. (ALMEIDA et al., 2012, p. 15).

A partir da manifestação dos próprios agricultores entrevistados, buscou-se o afastamento de concepções arraigadas. Talvez a mais evidente destas concepções seja o êxito econômico, geralmente aferido pelo acúmulo de bens materiais, como definidor da qualidade de vida. Concordando com Minayo et al. (2000), o conceito de qualidade de vida é multidimensional e polissêmico, sendo necessário compreender como distintos sujeitos sociais, em diferentes lugares, posições, *status* e tempos históricos, constroem percepções acerca

da qualidade da vida que possuem. Ou seja, a relatividade cultural é marca inerente das tentativas de conceituação.

A partir deste referencial teórico, a pesquisa interessou-se, inicialmente, pela compreensão das percepções dos agricultores familiares sobre a qualidade de vida. As manifestações dos agricultores entrevistados permitiram identificar e enumerar os termos que eles próprios utilizaram para conceituar qualidade de vida. Os termos mais citados são apresentados na Tabela 2. Como dado da pesquisa, estes termos passaram a ser considerados indicadores de qualidade de vida, enumerados pelos próprios entrevistados.

Tabela 2 - Termos apresentados pelos agricultores familiares entrevistados como indicadores de qualidade de vida

INDICADOR	NÚMERO DE CITAÇÕES
Alimentação saudável	4
Saúde	3
Bens Materiais	3
Transporte	2
Moradia	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

As respostas espontâneas refletem os valores dos respondentes. Elas apresentam coerência com os achados teóricos de Gonçalves e Vilarta (2004). Esses autores conceituam qualidade de vida a partir das percepções dos indivíduos, compreendendo que estas estão relacionadas principalmente a temas como saúde, educação, transporte, moradia e trabalho. Cada um dos itens citados pelos entrevistados, agregados a seu indicador correspondente (Tabela 2), permite-nos compreender a construção do conceito e do ideário de qualidade de vida do próprio agricultor entrevistado. Os depoimentos dos entrevistados permitem compreender que estes “indicadores

de qualidade de vida” estão inter-relacionados e são, para eles, indissociáveis, como será analisado mais adiante.

Quando a pergunta foi feita de modo mais específico e após a citação espontânea dos termos indicadores - “O que é mais importante para ter qualidade de vida?” - a resposta unânime foi “ter saúde”. Assim, quando estimulados a hierarquizar o que compreendem ser os elementos “mais importantes” para se ter qualidade de vida, os agricultores entrevistados citam, unanimemente, a “saúde” como principal indicador. Até mesmo o agricultor que respondeu que nunca tinha ouvido falar de qualidade de vida afirmou que para ter uma “boa qualidade de vida”, deve-se possuir saúde. Em segundo lugar foi citada duas vezes a “alimentação saudável”. Com uma citação, a qualidade de vida foi também associada a “transporte”, “conforto”, “tranquilidade” e “água de qualidade”.

78

Para ilustrar a interdependência dos indicadores, na percepção dos entrevistados, com relação ao indicador “alimentação saudável”, um dos entrevistados afirma que “Qualidade de vida pra mim é eu viver assim igual eu vivo na roça. Qualidade de vida você têm que ter alimentação de qualidade, boa saúde e água de qualidade.” Outros entrevistados também associaram alimentos e saúde na construção do conceito de qualidade de vida. “Alimento saudável” foi quase uma referência unânime a alimento produzido sem uso de agrotóxicos. Esta associação, presente em quase todos os depoimentos dos entrevistados, permite-nos inferir sobre a preocupação destes agricultores familiares com um tipo de produção de alimentos em que a ausência de “veneno” (defensivos agrícolas) determinaria o caráter saudável dos mesmos. Produzir e consumir alimentos saudáveis é, para os entrevistados, um indicador de boa qualidade de vida.

De que modo o PAA teria influenciado a qualidade de vida (relacionada ao tema “alimentação saudável”) dos agricultores familiares que

participaram do mesmo na comunidade São Francisco? As respostas dos entrevistados indicam que esta influência está vinculada a dois elementos por eles destacados e referentes às orientações normativas do programa: o não uso de agrotóxicos, uma vez que a produção é destinada a crianças, idosos, enfermos, etc.; e a diversificação da produção. Para atender os requisitos do programa os entrevistados afirmam terem sido influenciados, na organização e gestão de seus sistemas de produção, pela demanda de oferta de “alimentos saudáveis”, fato que teria, de acordo com a afirmação deles, contribuído para melhorar sua qualidade de vida, uma vez que parte dos alimentos é destinada ao programa e parte compõe a dieta cotidiana das próprias famílias que os produzem.

Quanto à diversificação da produção, todos os agricultores entrevistados produzem parte dos alimentos que consomem, tais como verduras e legumes, frutas, arroz, feijão, mandioca, ovos e leite. Esta característica da agricultura familiar está relacionada à segurança alimentar e à economia de relativa autossuficiência, fator contribuinte para a boa qualidade de vida. Os argumentos expressos nas respostas também permitem compreender que a diversificação da produção está associada à constituição de dietas mais “saudáveis” para a alimentação das famílias.

Ainda em relação ao indicador “saúde”, procurou-se também analisar a influência do PAA sobre a qualidade de vida dos agricultores familiares, perguntando-lhes se o acesso ao programa teria modificado, de alguma forma e positivamente, seu acesso a serviços de saúde. Em relação ao estado de saúde dos agricultores atualmente, todos o avaliaram como “bom”. A saúde também foi avaliada por todos como “muito importante”, sendo que o Entrevistado 1 afirmou que: “Primeiro lugar tem que ter saúde, né?, se não tiver saúde não tem nada bom. Viver tranquilo aqui, trabalhando, você tem que ter saúde, se tiver doente cabô.”

O tipo de acesso a serviços de saúde pelos agricultores familiares participantes da pesquisa é apresentado na Tabela 3. Todos afirmaram que acessam o atendimento médico por meio de um posto de saúde, localizado no bairro de Nova Viçosa, a aproximadamente 12 km da comunidade; três famílias têm acesso ao atendimento por agente de saúde, mas segundo o Entrevistado 3: “O agente de saúde dá uma assistência, não como deveria, mais dá.” O acesso ao atendimento médico pode ser considerado precário, pois os membros da comunidade têm que percorrer grandes distâncias para serem atendidos. Quando há casos graves, eles têm que recorrer ao hospital na cidade de Viçosa, sendo que o serviço público de saúde não envia nenhuma ambulância para transporte do paciente. Destaca-se também a informação de que nenhum dos entrevistados tem plano de saúde privado, dependendo do serviço público, que é reconhecidamente precário.

80

Tabela 3 - Tipos de acesso dos agricultores familiares a serviços de saúde.

INDICADOR	Nº DE AGRICULTORES QUE ACESSAM
Posto de saúde com serviços	5
Atendimento por agente de saúde	3
Hospital da rede pública	1
Atendimento particular	1
Plano de saúde	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Segundo Silva (2000), a melhoria na oferta dos serviços de saúde contribui para o fortalecimento da cidadania, eleva a autoestima, contribuindo para o aumento da produtividade, do bem-estar físico-orgânico, emocional e psicológico, expressando-se através da

elevação da expectativa de vida e na melhoria da qualidade de vida dos produtores e de seus familiares.

A relação entre o PAA e a melhoria do indicador saúde na qualidade de vida é percebida por três agricultores familiares entrevistados. E se trata de uma relação indireta, atribuída à melhoria da dieta alimentar das famílias. Como o programa estimula a diversificação produtiva, as próprias famílias passam a dispor de alimentos mais variados. Este fato é percebido como um fator contribuinte para a saúde. Como já foi ressaltado, a “alimentação saudável” foi um dos principais indicadores elencados pelos entrevistados, quando inquiridos sobre as influências do PAA sobre a qualidade de vida. Dois entrevistados também chamaram a atenção para o aumento de renda que obtiveram com a adesão ao programa. Este incremento nos rendimentos teria tido impacto indireto sobre o acesso a serviços de saúde.

Três dos agricultores familiares entrevistados citaram os “bens materiais” como principais indicadores de boa qualidade de vida. Um deles citou a “moradia”. O mais importante destes bens é a terra; e ela é indissociável, no caso da agricultura familiar, da morada. É ela que proporciona o meio para o trabalho, para a produção e para a vida em família nas comunidades rurais. Quatro dos cinco entrevistados são proprietários da terra em que vivem e trabalham com suas famílias. Um deles mora na propriedade e produz por meio de um contrato de parceria com outro agricultor. A área média de cada produtor é de 12 hectares, variando de 2 a 22 hectares. Dois dos agricultores entrevistados afirmaram ter recebido a propriedade parcelada por herança; outros dois afirmaram que aumentaram a área inicial através da compra de terras. Apenas um dos agricultores não possui casa própria. É fato comum entre os entrevistados, os filhos construírem casa própria na propriedade dos pais ou em propriedade próxima, comprada ou adquirida por herança.

Em relação a este bem, a terra, o acesso a políticas públicas (como o PAA) é percebido como uma melhoria das condições gerais para manter-se na terra e produzindo. A permanência na propriedade - também concebida como local de moradia da família - depende da geração de recursos e incremento da renda para que possa oferecer “boas condições de vida” à família. Todos os entrevistados possuem casas de alvenaria, embora os tamanhos e estrutura variem, elas apresentam, de um modo geral, condições mínimas de conforto e bem-estar. Todas possuem energia elétrica, bem que possibilita a posse e uso cotidiano de diversos eletrodomésticos.

82

Em relação ao abastecimento de água para a casa, todos os agricultores afirmaram que o abastecimento domiciliar é proveniente de mina ou poço. Quatro afirmaram que não tratam a água consumida, pois vem da mina e mostram muito orgulho nisso, valorizando a “pureza de origem” do valioso bem. Apenas um entrevistado afirmou que usa filtro dentro de casa para tratamento da água. Todas as residências possuem sanitário com descarga. Quando perguntados sobre o destino dos dejetos humanos, quatro dos agricultores afirmaram que possuem fossa (poço negro), enquanto que, para um, o destino dos dejetos é a céu aberto. No que se refere ao destino dado ao lixo domiciliar, três agricultores declararam que o queimam; enquanto que um agricultor joga o lixo em um terreno próximo à sua residência e outro entrevistado afirmou que junta o lixo e o leva para recolhimento por carros da prefeitura na cidade.

Quando perguntados se houve melhora com sua satisfação em relação às condições de moradia após passarem a fornecer ao PAA, quatro entrevistados afirmaram que sim, que houve melhoras. De acordo com o Entrevistado 3: “Algumas coisas que a gente conseguiu fazer na casa é, por exemplo, fazer um acimentado no chão, o forro da minha casa foi colocado com o dinheiro do PAA, nisso a gente teve uma melhora. Teve uma renda a mais.” O aumento da

renda contribuiu para a melhoria nas condições de moradia dos agricultores. Apenas um afirmou que não houve melhora, sendo que a propriedade em que mora foi cedida em contrato de parceria, o que não o motivou a fazer nenhuma melhoria no domicílio.

Em relação à posse de bens duráveis, quatro afirmaram que, por meio da renda obtida com o PAA, conseguiram comprar novos bens e/ou trocar por mais novos, melhorando sua satisfação. Apenas um agricultor afirmou que não houve melhora nesse quesito, pois: "Não adquiri novos produtos, foi mais terminar a casa só, o dinheiro [do PAA] deu foi pra isso".

Citado por dois agricultores familiares entrevistados como item indicador de boa qualidade de vida, o tema "transporte" é considerado "muito importante" para a comunidade. De acordo com o Entrevistado 4: "É muito importante, porque sem o transporte não dá pra entregar as mercadorias. Precisa do transporte para os filhos irem à escola".

O transporte coletivo comercial é realizado por uma empresa, que realiza o trajeto Centro/Juquinha de Paula/Centro duas vezes na semana. De acordo com os depoimentos, os ônibus respeitam os horários e estão em bom estado de conservação. Já o transporte público, é classificado pelos entrevistados como "não seguro". Destinado a estudantes do ensino fundamental, ele é realizado por ônibus da prefeitura, antigo e sem manutenção adequada, de acordo com os depoimentos. Este atende a dois períodos, manhã e tarde. Quando chove é fato comum não haver transporte coletivo para os moradores da comunidade, tampouco para os estudantes, em virtude das estradas de terra e em péssima conservação. Em relação ao transporte público, o Entrevistado 3, corroborando com a descrição apresentada anteriormente, afirmou que: "O transporte público aqui é ruim, comprometido, têm ônibus duas vezes por semana. Tem o

escolar que, às vezes, dá carona, mas é um quebra-galho. Às vezes, quando alguém precisa ir ao médico. O transporte público que a gente tem, que todo mundo pode usar, que é o ônibus, ele vem duas vezes por semana, se ameaçar chover ele já não vem.”

Apesar dessas limitações, todos os entrevistados consideram o seu acesso ao transporte “bom”, pois todos têm a alternativa da moto para se locomover à cidade para vender produtos, trabalhar, realizar atividades eventuais de lazer, ir ao banco ou realizar consultas, dentre outras atividades. Em relação ao transporte público, eles o consideram “ruim”, pois o ônibus só atende a comunidade duas vezes na semana e quando chove não há transporte público.

Quando perguntados se houve melhoria em relação a sua satisfação com os meios de transporte quando começaram a participar no PAA, apenas um agricultor afirmou que sim, pois ele pôde trocar um antigo veículo utilitário que possui por um mais novo. Desta forma, entende-se que as políticas públicas destinadas ao ambiente da produção e comercialização, como o PAA, têm um tipo de influência indireta sobre as condições gerais de transporte na agricultura familiar, principalmente quando consideramos aspectos relativos à qualidade de vida de seus beneficiários. Estes, a exemplo da comunidade em que vivem os entrevistados, lidam com a ausência histórica de políticas e ações governamentais que possibilitem reverter as fragilidades do transporte público e da infraestrutura das estradas rurais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é elevar a renda dos agricultores familiares, inserindo-os em relações de mercados virtuosas. Estas teriam o efeito de aumentar e qualificar a produção, uma vez que ela seria orientada a suprir demandas de instituições públicas. Presume-se que, isto ocorrendo, haverá reflexos na qualidade de vida dos agricultores que aderem ao programa.

A análise da situação dos agricultores entrevistados, quanto aos indicadores de qualidade de vida selecionados, demonstra que houve, na percepção dos próprios agricultores, melhorias em determinados indicadores que eles qualificam como vinculados à sua qualidade de vida.

É importante ressaltar que este resultado geral deve ser compreendido como indicativo de uma situação gerada pela implementação do programa, mas que necessita ser investigada mais detidamente, visto que o universo dos agricultores familiares entrevistados, embora abrangesse a totalidade dos que participaram do Programa na comunidade São Francisco em 2011, é bastante reduzido. Também se ressalta que o tempo decorrido entre a execução e a ocorrência de possíveis benefícios foi reduzido, fato que permitiu a avaliação de impactos ou influências imediatas, de acordo com a percepção dos próprios agricultores. Por fim, compreendemos que as influências sobre a qualidade de vida das famílias são multivariadas e difíceis de serem atribuídas exclusivamente a um programa de política pública, necessitando estudo complementares para validar as conclusões aqui apresentadas.

85

A percepção dos agricultores familiares participantes do programa em Viçosa/MG, dos gestores públicos envolvidos em sua implementação e dos representantes das entidades beneficiadas que foram entrevistados corrobora, de um modo geral, os resultados encontrados por diversos estudos que buscaram caracterizar ou avaliar o programa. Esta concordância diz respeito à percepção de que o programa consiste em uma importante forma de comercialização para os agricultores envolvidos, de modo a representar, na maioria dos casos, o destino único do excedente produzido por estes produtores (exceto produtos de origem animal).

Quanto à análise da influência do programa sobre a qualidade de vida dos participantes, a pesquisa identificou que os agricultores familiares entrevistados elaboram um conceito de qualidade de vida que valoriza, em primeiro plano, a “alimentação saudável”, tanto aquela proporcionada aos consumidores de seus alimentos quanto a de sua própria família. Este valor, indicativo da qualidade de vida, foi associado à produção sem uso de veneno - os agrotóxicos ou “defensivos agrícolas”, como são designados pela indústria agroquímica. A pesquisa demonstrou que a alimentação saudável está intrinsecamente ligada a dois requisitos normativos do PAA: a produção sem agrotóxicos e a diversificação de oferta de produtos. Os depoimentos indicam que estes requisitos influenciaram a dieta das famílias de agricultores que aderiram ao programa, impactando, de acordo com a percepção dos entrevistados, sobre a qualidade de vida delas.

86 O indicador de qualidade de vida “saúde” também indica relações de influência importantes do programa. E ele está indissociavelmente relacionado à produção e ao consumo de “alimentos saudáveis”, conforme atestam as entrevistas, tanto dos agricultores familiares quanto dos gestores públicos envolvidos na operacionalização do programa.

Com relação a indicadores mais objetivos, como “bens de consumo duráveis” e “condições de moradia”, a percepção dos entrevistados é que se revelam, quanto a estes indicadores, evidências mais concretas sobre a melhoria de sua qualidade de vida. Trata-se de um resultado esperado, visto que o impacto inicial e imediato do programa é promover a elevação da renda das famílias. As declarações dos entrevistados permitem perceber que esta renda a mais foi utilizada para a compra de bens de consumo duráveis e reformas nas moradias. Estes benefícios foram interpretados como melhorias na qualidade de vida. Infere-se que a médio e longo prazos estes

benefícios podem ter influência positiva na decisão de continuidade da atividade econômica na agricultura familiar, tornando-a atrativa para os jovens, que tendem a percebê-las como distante dos seus projetos de vida (STROPASOLAS, 2006). O PAA possui o potencial de estímulo à criação de mercados institucionais, geração de renda, garantia de segurança alimentar às famílias, gerando, com isso, uma dinâmica de desenvolvimento das atividades econômicas da agricultura familiar.

Para o grupo de agricultores familiares que acessou, na comunidade São Francisco em Viçosa/MG, o programa e o implementou ao longo de 2011, o PAA, na percepção destes agricultores, influenciou positivamente o que eles conceituam como “qualidade de vida”, proporcionando melhorias na renda, não diversificação dos produtos, na dieta das famílias e em melhorias pontuais nas moradias, como também na aquisição de bens duráveis como decorrência da elevação ocasional da renda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definições, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa.** São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012.

ASMUS, R. M. F. **Qualidade de vida na agricultura familiar.** 2004. 295f. Dissertação (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília, 2004.

BARBOSA, S. R. C. S. Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção. In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (Org.). **A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM.** Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401-423.

BRASIL. Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 jul. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm.>. Acesso em: 10 set.2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e abastecimento. **Programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em: 10 set. 2010.

BUAINAIN, A. M.; SABATTO, A.; GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar: um estudo de focalização regional**. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - 25 a 28/07/2004, 2004, Cuiabá/MT. SOBER. Brasília/DF: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-20.

88

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. ; Coelho, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. **Revista Desenhavia**, v. 3, p. 55-78, 2006. Disponível em: < http://www.mesteco.ufba.br/scripts/arquivos/at_ecoreg_05.pdf. >. Acesso em: 11 ago. 2010.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. **A dinâmica das políticas públicas e das organizações locais em processos de desenvolvimento rural: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá (RS)**. In: 48º CONGRESSO DA SOBER - TECNOLOGIAS, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL, 2010, Campo Grande (MS): UFMS, 2010. p. 1-19. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/762.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Emater-MG). Disponível em: < <http://www.emater.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2010.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências sobre as políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, v.46, n.6, p. 1575-97, nov./dez. 2012.

FUSCALDI, K. C. Políticas de apoio à agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 4, p. 117-132, 2010.

GAMA, J. B. **O Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos**: instrumentos de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Petrolina-PE. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, UFV, Viçosa, 2008.

89

GHIZELINI, A. A. M. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil. In: VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2006, Quito. **Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/11%20GT%20Andr%C3%A9%20Michelato%20Ghizelini.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto Qualidade de Vida: identidades e indicadores. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (Orgs.). **Qualidade de vida e atividade física**: explorando teorias e práticas. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: 47 CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. **Anais do 47 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2009.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p. 83-111, jan./ago. 2012.

HOWLLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying public policy: policy cycles & policy subsystems**. 3rd ed. New York: Oxford University Press, 2009.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

90

SILVA, A. K. de M. da. **Perfil sócio-econômico e nível de qualidade de vida dos produtores rurais do município de Mossoró-RN**. 55 fs. Monografia, (Graduação em Engenharia Agrônômica) - Escola Superior de Agricultura de Mossoró-ESAM, Mossoró, 2000.

SILVESTRE, L. H. A.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, A. E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: em estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. **Anais do XLIII Congresso da Sober**, 2005. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/2/767.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2010.

Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAN, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho.

Psicologia. Teoria e Pesquisa, v. 24, p. 201-209, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**.

Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

YAZBEK, M. C. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas

Sociais Brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18,

n. 2 jun 2004, p. 104-112, 2004.

Recebido: 01/04/2013

Aprovado: 09/05/2013

